

Sindsep e entidades de Servidores Públicos Reforçam Mobilização Contra a PEC 38 em Reunião Conjunta

O Sindsep, Sinfusp e Sindeducação, entidades que compõem o conjunto dos servidores públicos no Maranhão, reuniram-se nesta quarta-feira, 04 de dezembro, para definir uma agenda unificada de ações contra a PEC 38, proposta que integra o pacote da Reforma Administrativa em tramitação no Congresso Nacional.

A reunião marcou mais uma etapa da articulação conjunta entre os sindicatos, que veem na proposta uma ameaça concreta à manutenção e ao funcionamento de serviços essenciais prestados à população. Para as entidades, a Reforma Administrativa representa um retrocesso, na medida em que abre espaço para a redução de investimentos, fragiliza vínculos profissionais e pode ampliar a terceirização e a privatização de serviços essenciais.

Durante o encontro, os representantes debateram estratégias de mobilização da categoria e de conscientização da sociedade, destacando a necessidade de ampliar o diálogo público sobre os impactos que a PEC pode gerar. As entidades ressaltaram que a população precisa compreender que as mudanças previstas não atingem apenas os servidores, mas sobretudo os cidadãos que dependem de serviços públicos básicos.

Ficou definido que será lançada, nos próximos dias, uma campanha midiática conjunta,

com foco na explication detalhada dos riscos que a PEC 38 impõe ao serviço público. A campanha utilizará diferentes meios de comunicação — como rádio, redes sociais e materiais impressos — para esclarecer pontos centrais da proposta e alertar para possíveis consequências.

Segundo os sindicatos, a aprovação da PEC pode comprometer áreas essenciais, como:

- Saúde — com risco de redução de equipes, contratos precários e diminuição da capacidade de atendimento;
- Educação — possibilidade de aumento da rotatividade de profissionais, redução da estabilidade e impacto direto na qualidade do ensino;
- Segurança Pública — fragilização de estruturas de proteção, afetação do quadro funcional e risco de menor continuidade das políticas públicas;
- Assistência Social — possível redução de programas e serviços voltados às populações mais vulneráveis;
- Mobilidade e serviços urbanos — risco de descontinuidade, terceirização ou precarização de serviços que garantem o funcionamento diário da cidade.



As entidades reforçam que este é um momento decisivo para o país e que a mobilização social será fundamental nas próximas semanas. “Não se trata apenas de uma pauta corporativa. Estamos falando da preservação de serviços que garantem direitos básicos à população. A Reforma Administrativa impacta diretamente a vida de milhões de brasileiros”, destacaram os representantes.

As entidades concluíram a reunião reafirmando o compromisso de defender o serviço público como patrimônio da sociedade e de seguir mobilizadas até que a PEC seja retirada de pauta. “Vamos seguir firmes, informando, dialogando e lutando em defesa dos direitos dos servidores e da população que depende diariamente de políticas públicas fortes e eficientes”, afirmou Raimundo Pereira, vice-presidente do Sindsep.

21 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER



UNA-SE PARA ACABAR COM A VIOLENCIA DIGITAL CONTRA TODAS AS MULHERES E MENINAS

CUT

Brasil retira 8,6 milhões da pobreza e registra menor índice desde 2012

Mais de 8,6 milhões de brasileiros saíram da pobreza em 2024, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A melhora no cenário socioeconômico reduziu a proporção de pessoas pobres de 27,3% em 2023 para 23,1% em 2024, o menor patamar desde 2012, início da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em números absolutos, o país registrava 48,9 milhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 6,85 por dia (aproximadamente R\$ 694 ao mês, em valores corrigidos). No ano anterior, eram 57,6 milhões. Os dados integram a publicação Síntese de Indicadores Sociais, divulgada nesta quarta-feira (3).

O resultado marca o terceiro ano consecutivo de queda no número e na proporção de pobres, consolidando a recuperação após os efeitos da pandemia de covid-19.

Evolução da pobreza no Brasil:

- ✓ 2012: 68,4 milhões
- ✓ 2019: 67,5 milhões (pré-pandemia)
- ✓ 2020: 64,7 milhões
- ✓ 2021: 77 milhões
- ✓ 2022: 66,4 milhões
- ✓ 2023: 57,6 milhões
- ✓ 2024: 48,9 milhões

Em termos percentuais, 34,7% da população estava abaixo da linha da pobreza em 2012. Em 2019, o índice caiu para 32,6%. Após a redução inicial em 2020 (31,1%), o indicador disparou para 36,8% em 2021, o

maior da série. Nos anos seguintes, porém, voltou a cair: 31,6% em 2022 e 23,1% em 2024.

Extrema pobreza também recua ao menor nível da série

A população em extrema pobreza, pessoas vivendo com até US\$ 2,15 por dia (cerca de R\$ 218 mensais), também diminuiu. O contingente caiu de 9,3 milhões, em 2023, para 7,4 milhões em 2024, uma redução de 1,9 milhão de pessoas. Assim, a taxa recuou de 4,4% para 3,5%, a menor já registrada.

No início da série, em 2012, o índice era de 6,6%. Em 2021, chegou ao pico de 9% (18,9 milhões de pessoas).

Diferenças regionais permanecem marcantes

O levantamento mostra que Norte e Nordeste seguem com níveis de pobreza superiores à média nacional.

Pobreza (2024):

- ✓ Nordeste: 39,4%
- ✓ Norte: 35,9%
- ✓ Brasil: 23,1%
- ✓ Sudeste: 15,6%
- ✓ Centro-Oeste: 15,4%
- ✓ Sul: 11,2%

Extrema pobreza (2024):

- ✓ Nordeste: 6,5%
- ✓ Norte: 4,6%
- ✓ Brasil: 3,5%
- ✓ Sudeste: 2,3%
- ✓ Centro-Oeste: 1,6%
- ✓ Sul: 1,5%

Segundo Simões, “são as

regiões mais vulneráveis do país, isso acaba se refletindo também no mercado de trabalho”.

O estudo também evidencia desigualdades raciais:

- ✓ Entre brancos, 15,1% eram pobres e 2,2% extremamente pobres.
- ✓ Entre pretos, os índices eram 25,8% e 3,9%.
- ✓ Entre pardos, 29,8% e 4,5%.

Desigualdade de renda atinge menor nível desde 2012

O Índice de Gini, que vai de 0 a 1 e mede a desigualdade, caiu para 0,504 em 2024, abaixo do 0,517 registrado em 2023. É o menor valor desde o início da série.

O IBGE também simulou o Gini caso não existissem programas como Bolsa Família e BPC. Nesse cenário, o índice subiria para 0,542.

Outro exercício avaliou o impacto de benefícios previdenciários na vida de idosos. Sem essas transferências, a extrema pobreza entre pessoas com 60 anos ou mais saltaria de 1,9% para 35,4%, e a pobreza de 8,3% para 52,3%.

Informalidade e pobreza caminham juntas

O estudo revela que a pobreza é mais prevalente entre trabalhadores informais. Entre os ocupados sem carteira assinada, 20,4% eram pobres. Entre os empregados formais, a taxa era de 6,7%.

Fonte: CUT